

ATA Nº22

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 26 de fevereiro de dois mil e vinte e um.** -----

-----Ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, através de sistema de videoconferência, e em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação atual, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques dos Santos e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 13/10/2020 e 18/12/2020;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Intervenção do Público;** -----

-----**E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

-----**PONTO DOIS: DEBATE DA ATUALIDADE SOBRE O TEMA “REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA E REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS” – SOLICITADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD;** -----

-----**PONTO TRÊS: CONTRATOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS – PARA CONHECIMENTO;** -----

-----**PONTO QUATRO: REGULAMENTO MUNICIPAL DE INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – APROVAÇÃO;** -----

-----**PONTO CINCO: AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – ARTIGOS RÚSTICOS N.º 897 E N.º 901 DA FREGUESIA DE VAGOS E SANTO ANTÓNIO.** -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Martins, Xavier Prior Neto, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Maria Pedro Silva, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Liliana Barreira e Hugo Jorge em substituição de Elisabete Costa Pequeno, eleitos na lista do PSD;

-----Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Paulo Alexandre Ferreira Malta e António Bastião em substituição de Patrícia Neves Ferreira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves,

Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão as senhoras Deputadas Patrícia Neves Ferreira e Elisabete Pequeno. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Vereadores, senhora Sara Caladé, senhora Susana Gravato, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 13 de outubro e 18 de dezembro de 2020.** -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação as atas das sessões realizadas nos dias 13 de outubro e 18 de dezembro de dois mil e vinte, tendo as mesmas sido aprovadas, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2020 e 26 de fevereiro de 2021. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem os quiser consultar. O senhor Presidente agradeceu ao senhor Presidente da Câmara e aos serviços técnicos da Autarquia que possibilita a transmissão da realização desta sessão por este meio, assim como a disponibilidade dos meios e espaços necessários para o efeito. O senhor Presidente felicitou também o senhor Deputado Óscar Gaspar pela nomeação para a Vice-Presidência da União Europeia de Hospitais Privados. É sempre bom ter-se um Vaguense a representar o Concelho em lugares de destaque como este e desejou-lhe a maior sorte para o desempenho das novas funções no exercício do seu mandato. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas das senhoras Deputadas Patrícia Ferreira e Elisabete Pequeno à sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Não houve nenhuma inscrição para intervenção do Público. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra para expor a preocupação generalizada da população do lugar de Salgueiro em relação à entrada na Estrada Nacional 335, que liga Palhaça a Salgueiro. Quem entra nesta estrada no sentido sul, junto à árvore, repara que a visibilidade é

extremamente reduzida e, por isso, têm acontecido ali muitos acidentes. A questão que se coloca é se não há possibilidade de arranjar um estratagema no sentido do fluxo de carros, que venha em ambos os sentidos, seja um pouco mais lento naquela zona. Entretanto, questionou sobre um armazém que será construído na Freguesia de Santo André e que tem a ver com parte da área de Lazer do Rego do Sino, projeto incluído no Orçamento Participativo de 2017 e que na altura não contemplava nada do género. A Câmara Municipal vai construir armazéns nas Freguesias todas? Perguntou. Em relação a outro projeto participativo 2017, o Trilho da Lontra, que fica entre Fonte de Angeão e Covão do Lobo, referiu que os caminhos estão bastante danificados e perguntou se existem planos para a recuperação dos mesmos. -----

----- O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra e perguntou sobre o ponto de situação do Posto Médico de Covão do Lobo, porque muito se tem falado e pouco se tem feito. Entretanto, referiu-se, também, aos caminhos do Trilho da Lontra, que de facto estão em muito mau estado. ---

----- O senhor Deputado Paulo Malta usou da palavra e referiu que tem duas questões para colocar. A primeira prende-se com a estrada Areão – Mira, o senhor Deputado passou lá há dias e deparou-se com uma inundação, a estrada estava completamente submersa. Ultimamente tem chovido muito, mas pergunta se não há forma de evacuar aquela quantidade de água, porque como está é bastante perigoso para quem circula naquela estrada. A segunda questão prende-se com a recolha de resíduos sólidos urbanos, ou seja, pergunta se a nova empresa que irá efetuar este serviço irá substituir os contentores do lixo. Se sim, qual será a finalidade dos contentores que existem neste momento. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por fazer referência à pouca cobertura de fibra ótica no Concelho. Tem conhecimento que estão a ser desenvolvidas algumas obras nesse sentido em Calvão e a questão é saber como é que estão a decorrer e qual é a previsão de cobertura de fibra ótica total em todo o Concelho. Caso haja alguns casos que não sejam cobertos pela iniciativa se há ou não condições de a Câmara Municipal suprir essa questão, à semelhança daquilo que acontece em muitas Câmara do país, e dar o seu contributo para que todos os Vaguenses possam ter direito a fibra ótica e ter acesso à internet. Outra questão que abordou prende-se com a vacinação contra a COVID 19. A Câmara Municipal fez uma publicação no facebook, no dia vinte de janeiro, com o senhor Presidente da Câmara, alguns técnicos e mais alguns políticos a relevarem a vacinação no Concelho de Vagos. Entretanto surgiram algumas notícias, nomeadamente no Diário de Aveiro, da vacinação de pessoas não prioritárias, no Concelho de Vagos, e pergunta ao senhor Presidente da Câmara se ele continua, ou não, a acompanhar o processo de vacinação e o que é que pode aqui abordar sobre o assunto. Alguns comentários pelo país fora referem que as vacinas, e por vezes até testes, que são destinados aos cidadãos, vão para Presidentes de Câmara. Esta é uma preocupação legítima dos cidadãos e ter-se-á de acautelar aqui uma prioridade muito grande a esta questão, bem como uma transparência total e ter o cuidado de não politizar um processo tão importante em termos de saúde pública. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e informou que a questão das águas pluviais e da drenagem, levantada na última sessão, na EN 109 foi resolvida. A segunda nota que deu tem

a ver com os computadores e a internet, e já não fala da fibra ótica, porque continua-se à espera. Em relação à questão da internet nada foi feito e, dada à situação que se está a viver, o número de utilizadores aumentou e está a ser complicado trabalhar e assistir às aulas. O senhor Deputado pergunta o que é que está a ser feito para resolver o problema ou que tipo de pressão é que está a ser feita sobre as entidades que prestam estes serviços. Por outro lado, quis também saber como é que foi o processo dos computadores prometidos para Vagos ou se foi a Câmara Municipal que teve de tratar de resolver a questão. A Câmara Municipal parece que teve de se substituir ao Governo para resolver estas questões, porque os alunos estão todos em casa a ter as aulas *online* e era necessário resolver esta situação com urgência. -----

----- O senhor Deputado Tony Almeida usou da palavra e mais uma vez referiu-se ao armário de auxílio à AdRA, instalado na Rua do Chafariz em Carregosa. O armário continua lá, dá a ideia que já está acabado depois de ter sido dito aqui que devia sair daquele sítio, porque representa um problema rodoviário. O senhor Deputado quer saber o ponto de situação deste assunto. O senhor Deputado questionou qual o destino para os terrenos, que foram adquiridos pela Autarquia, inicialmente previstos para o Centro Escolar. Como se sabe não há, neste momento, dinheiro para construir Centros Escolares e, por isso, seria importante esclarecer qual o destino dos terrenos adquiridos para o efeito. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e questionou sobre o plano de pagamentos dos dois últimos trimestres de dois mil e vinte para as Juntas de Freguesia. Outra questão que colocou tem a ver com a Comissão de Trânsito, saber se esta tem reunido e se sim com que periodicidade. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por reforçar a questão da vacinação. Este é um processo, obviamente, complexo e os serviços de saúde estão com certeza a dar o seu melhor. As Autarquias por todo o País estão a disponibilizar um conjunto de recursos humanos para ajudar, em concreto, nos contactos com os cidadãos. O senhor Deputado tem um vizinho que foi contactado de manhã para estar no Centro de Saúde ao meio dia. É normal que estes processos tenham que ter aliados e, por isso, fica uma sugestão, por parte do senhor Deputado, ou seja que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia ajudem neste processo de contacto com os cidadãos. Certamente, já terá sido uma coisa pensada, mas importa reforçar esse pedido para que todos possam estar atentos e avisados com a antecedência necessária. A segunda nota que deixou prende-se com uma contratação verificada na plataforma BASE, mais um ajuste direto que a Câmara realizou, no valor de setenta e cinco mil euros, à empresa de Luís Montenegro. É, aliás, o ajuste mais caro dos últimos meses e o senhor Deputado gostaria de fazer notar que será importante avaliar o risco da acumulação destes ajustes à mesma entidade ao longo destes últimos anos e pretendia saber se a Câmara Municipal tem alguma coisa a dizer sobre isto. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e perguntou o que é que se passa com as transferências de competências para a Junta de Freguesia de Calvão, porque continua-se a falar sobre estes assuntos, há explicações em todas as sessões da Assembleia Municipal e o problema parece não ter fim. A segunda questão prende-se com a aparente descoordenação na cedência de

computadores aos alunos. Esta semana foi publicado no Jornal “O Ponto” que a Junta de Freguesia de Ouca, através de uma empresa, distribuiu computadores e depois foram perguntar ao Diretor do Agrupamento de Escolas e ele confirmou que sim, que era verdade, mas que não sabia. Uma vez que o Governo não entrega os computadores, têm sido as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal a resolver a questão, porque os computadores estão esgotados. O senhor Deputado pede esclarecimentos em relação a esta questão. A terceira questão que abordou prende-se com os investimentos no Concelho de Vagos, ou seja, saber que tipo de investimentos estão previstos, se é que se pode saber. O senhor Deputado questionou ainda sobre o ponto de situação da Requalificação do Centro da Vila e do Palacete Visconde de Valdemouro, porque saíram algumas notícias esta semana na comunicação social e era importante esclarecer em que é que isto se traduz.

----- A senhora Deputada Madalena Pinto usou da palavra para deixar uma preocupação, ou seja, os caixotes do lixo com os ventos e as chuvas viraram e estão partidos. Na sua opinião seria aconselhável aplicar uma barra em ferro de forma a prende-los para evitar que caíam, nomeadamente para a via pública ou para os terrenos. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra para responder a uma questão levantada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal na última sessão da Assembleia Municipal. A pergunta era se o senhor Basílio de Oliveira tinha o número de telemóvel da Dr.^a Catarina Martins. O senhor Deputado Basílio Oliveira tem o número, não tem é a certeza que seja atualizado, mas pode disponibiliza-lo se o senhor Presidente ainda estiver interessado. Entretanto, pediu também ao senhor Presidente que aceite a valiosa biblioteca do Dr. Abílio Neto de Calvão, pois uma grande parte dos livros são do D. Manuel dos Santos Rocha que foi Bispo de Mitilene e de Beja, natural de Calvão. Esta é uma valiosa oferta que a Câmara Municipal pode aproveitar e enriquecer a Biblioteca Municipal de Vagos. O senhor Basílio Oliveira voltou a apelar ao senhor Presidente para que tudo faça no sentido de elevar a Vila as Freguesias de Calvão, Gafanha da Boa Hora e Ponte de Vagos e Santa Catarina. O processo já foi há tempos iniciado, mas foi suspenso, e o senhor Deputado está disponível para ajudar na sua organização. Por último, a Vila de Vagos, “com os olhos postos na Cidade”, tem uma das mais belas paisagens, vista da zona do Quartel dos Bombeiros e o senhor Deputado pede ao senhor Presidente que providencie a limpeza de todo aquele matagal que se encontra na encosta da Vila ao longo da ria até ao final a norte. Em tempos estava previsto passar por ali a variante, mas parece que já não se vai concretizar. Por último, o senhor Basílio de Oliveira pede ao senhor Presidente que deixe o seu nome ligado a uma obra digna no Concelho de Vagos. -

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e fê-lo para se associar às palavras proferidas pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, em seu nome e em nome do grupo Municipal do PSD, em relação ao senhor Deputado Óscar Gaspar, por ter sido recentemente nomeado Vice-Presidente da União Europeia da Hospitalização Privada, desejando-lhe as maiores felicidades nessas novas funções. É um orgulho para Vagos ter um elemento em tão alto cargo. -----

----- O senhor Deputado Xavier Neto usou da palavra e começou por questionar se existe algum plano, ou algum tipo de investimento previsto, por parte da Câmara Municipal, para as águas pluviais, porque este é um problema que existe um pouco por todo o Concelho. Para além disso, questionou

também se existe uma estimativa e mostrar o descontentamento em relação à desflorestação e à falta de faixa de gestão de combustível que tem sido criada por causa dos fogos que aconteceram. Por último, deixou uma nota ao impacto que esta pandemia está a trazer às Associações Culturais e Desportivas em todo o Concelho e perguntar se a Câmara Municipal está a par desta situação e se tem alguns apoios previstos para estas entidades. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referindo-se à questão dos computadores para os alunos do Concelho, deu nota que leu no jornal que a Câmara Municipal tinha adquirido cerca de 400/500 computadores. Numa primeira fase apareceu no GOV.PT, mas nesta segunda fase não apareceu e o senhor Deputado perguntou quanto é que esta última tranche de computadores custou à Autarquia e a quem foram adquiridos. -----

----- O senhor Deputado Silvério Rua usou da palavra e referiu que há um problema muito grave na Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, também extensível a outras Freguesias, que se prende com os madeireiros. Os madeireiros quando entram numa Freguesia rebentam com as estradas todas, ficam intransitáveis, e a Câmara Municipal tem de tomar providências para que estas situações não aconteçam cobrando uma taxa, por exemplo. Quando entram num terreno para cortar as lenhas e transportá-las deviam pagar uma caução e depois uma equipa da Câmara Municipal deslocar-se ao sítio a ver se as estradas ficaram em condições ou não. O senhor Silvério Rua pede ao senhor Presidente da Câmara que em conjunto com os Presidentes de Junta de Freguesia se encontre uma solução para este problema, porque assim não pode continuar. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e começou por se associar à nota do grupo municipal do PSD e do senhor Presidente da Assembleia Municipal felicitando o senhor Deputado Óscar Gaspar pela nomeação para um cargo tão importante a nível da União Europeia na área da Saúde, uma área tão importante e na ordem do dia nos últimos tempos. Em relação à visibilidade no Largo da Árvore em Salgueiro isso é um problema muito antigo e já foi minimizado na intervenção que foi feita pela Câmara Municipal nos anos de 2005/2006. Nessa altura a situação ficou amenizada e neste momento a Câmara Municipal está a estudar uma solução de reduzir a velocidade do trânsito na EN 335. O que está aqui em causa é que os carros circulam a muita velocidade nessa estrada e é aí que se tem de focar a intervenção. No que respeita ao Parque de Lazer no Rego do Sino, a questão já havia sido colocada pelo senhor Vereador João Domingues em reunião de Câmara, mas o senhor Presidente não tinha na altura os elementos necessários para responder, não há nenhuma questão relativamente à obra do Pavilhão com a sua potencial incompatibilidade com a obra que ganhou o Orçamento Participativo. Na análise das propostas, na proposta que foi feita na altura pelo requerente, o senhor Eddy Martins, já falava do Espaço de Lazer e Convívio junto ao Edifício sede da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, contíguo ao futuro Pavilhão Multiusos. Esta intervenção que ganhou o Orçamento Participativo já estava contemplada no projeto que venceu. Quanto à questão de a Câmara Municipal ir construir pavilhões em todas as Freguesias, a relação com as Juntas de Freguesia, e aquilo que se tem entendido como investimentos prioritários é que umas preferem um determinado tipo de investimentos e outras preferem outros. A construção deste pavilhão foi a opção da Junta de Freguesia de Santo André na articulação conjunta daquilo que são

também os investimentos municipais e foi isso que se fez em Santo André, à imagem daquilo que se está a fazer na Junta de Freguesia de Ouça, no lugar de Carregosa. Esta semana houve uma reunião com a Junta de Freguesia de Ouça para discutir este assunto. No que respeita à questão do Posto Médico do Covão do Lobo a Câmara Municipal continua a fazer as suas interações, que agora são mais frequentes, com o ACeS do Baixo Vouga, que é quem representa o Governo e que tem de facto “a faca e o queijo na mão” para poder decidir relativamente a esta matéria. A verdade é que da parte do Governo não há qualquer *feedback* relativamente a esta matéria. Agora, com esta questão da COVID, a falta de recursos humanos que existe no SNS obviamente que prejudica, e muito, a luta, que a Câmara Municipal não irá esquecer, de reabrir o Posto de Saúde de Covão do Lobo. Quanto à questão dos caminhos do Trilho da Lontra é um daqueles trabalhos que tem de ser feito em conjunto com a Junta de Freguesia, até porque esta é uma das competências da Junta de Freguesia. A chuva tem estragado os caminhos e, portanto, só depois de terminar o tempo da chuva é que se pode reparar esses caminhos. Em relação à inundação na estrada Areão -Mira, o senhor Presidente solicitou ao senhor Deputado Paulo Malta que identifique exatamente o local onde isso acontece, porque em articulação com o Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora, que anda todos os dias no local, nada foi reportado relativamente a uma inundação tão grande como aquela que referiu. Relativamente à recolha dos resíduos a questão é muito simples, isto é, a Câmara Municipal no novo procedimento, que já foi adjudicado em sede de reunião de Câmara, os contentores serão alvo de toda uma reposição e irão haver contentores novos em todo o Concelho. Terá de se aguentar mais algum tempo, dois meses, mais ou menos, até que seja resolvida toda a questão formal que estes processos exigem. Os contentores que ainda se encontrarem em bom estado serão propriedade do Município e ficarão à sua guarda para algo que seja necessário. Os que se encontram estragados serão, obviamente, levados para reciclagem. Relativamente à questão da fibra ótica e da qualidade da rede, que não tem a ver só com o facto de não haver fibra ótica, e tem-se vindo a degradar não só no Concelho de Vagos, mas por todo o País. Mesmo os cidadãos Vaguenses que têm fibra ótica muitas vezes queixam-se da falta de qualidade da rede. O que a Câmara Municipal tem feito é sensibilizado os operadores, que neste momento estão no terreno, nomeadamente a NOS e a Vodafone, a fazer novos investimentos, bem como uma articulação que se tem tido com a MEO. Pelos dados que há dessas operadoras até meados deste ano a taxa de cobertura do Concelho, conjugando as prioridades destas operadoras, deverá estar dotado próximo dos 100%. No que respeita às questões da vacinação, a única coisa que o senhor Deputado Óscar Gaspar viu, por parte da Câmara Municipal, foi o anunciar do início da vacinação nos lares de idosos, ao contrário do Governo que ia para os lares vacinar com dez e quinze pessoas nas comitativas. Em Vagos o único a entrar nos lares foi Presidente da Câmara Municipal e a outra pessoa que o acompanhou não entrou. Aquilo que foi feito foi um trabalho de acompanhamento e de apoio logístico, nomeadamente através do fornecimento de viaturas e na aquisição de EPI's e de alguns medicamentos que eram necessários à equipa de vacinação. Desta Assembleia Municipal faz parte um dos elementos da equipa de vacinação, o senhor Deputado Hugo Santos, enfermeiro de profissão. Neste processo a Câmara Municipal só fez o acompanhamento e deu a conhecer à

população que tinha dado início a vacinação, bem como todo o apoio logístico necessário. Em relação à sugestão do senhor Deputado Bruno Julião o senhor Presidente agradece, mas a mesma já está a ser implementada há imenso tempo no Município. Desde o mês de janeiro que a Câmara Municipal tem dois professores de Educação Física que estão a ajudar nos rastreios epidemiológicos e essa oferta de recursos humanos estava feita desse o verão. Infelizmente, essas pessoas que estão a trabalhar com a delegação de Saúde não têm ainda “password” para trabalhar no sistema, mas têm estado a colaborar com a equipa e desde que iniciou o processo de vacinação aqui no Concelho. Ontem, vacinou-se os maiores de oitenta anos, e a Câmara Municipal tem em permanência dois recursos humanos, duas assistentes operacionais das escolas, que dão apoio aos mais idosos ajudando-os a despir os casacos a ir às casa de banho, etc.,. O Presidente da Câmara e toda a estrutura da Câmara Municipal são soldados ao serviço das entidades locais na área da Saúde, bem como os Presidentes de Junta, que também foram envolvidos, os Presidentes das IPSS's, o Comandante dos Bombeiros Voluntários e o Comandante da GNR. Na semana passada realizou-se uma reunião onde foi explicado a todos a forma como se ia proceder ao processo de vacinação no Concelho de Vagos. Até hoje tem estado tudo a correr muito bem e na próxima semana quando houver necessidade de transporte das pessoas a questão será articulada com as IPSS's, com os Bombeiros Voluntários e com os serviços da Câmara Municipal. Em relação à questão das águas pluviais, infelizmente problemas destes, nas zonas mais baixas do Concelho, surgem com muita frequência. No caso referido pelo senhor Deputado Sérgio Martins, na EN 109, é mais difícil de resolver, porque é uma estrada nacional. A Câmara Municipal está há mais de dois anos à espera que o Governo venha discutir a municipalização da EN 109. É uma autêntica vergonha o que este Governo está a fazer em relação ao processo de descentralização de competências, porque questões como a da EN 109 podiam ser resolvidas muito mais facilmente se o Governo já tivesse articulado com a Câmara Municipal toda esta situação. Quanto à questão dos computadores se não fosse o Município muitas dezenas de crianças do Concelho não estavam a acompanhar as aulas. O Município disponibilizou cerca de quatrocentos e cinquenta e cinco computadores, enquanto que o Ministério da Educação disponibilizou trinta e seis ao Agrupamento de Escolas de Vagos e trinta e oito ao Colégio de Calvão. Tudo o resto foi feito pela Câmara Municipal de Vagos. O senhor Presidente da Câmara desconhecia completamente que a Junta de Freguesia de Ouca também tinha distribuído computadores, fez bem, mas devia ter articulado com a Câmara Municipal e com o Agrupamento de Escolas, porque a Autarquia os computadores que distribuiu foi depois de ouvir as escolas, nomeadamente o Agrupamento de Escolas de Vagos, o Colégio de Calvão e a EPADRV. Todo o processo foi coordenado com estas entidades para evitar duplicação de ofertas de computadores e para evitar que houvesse pedidos abusivos e para que os munícipes não tivessem encargos adicionais. Ainda assim, a Câmara Municipal tem consciência que tenha havido esse abuso, mas considerou que prioritariamente era preciso dar assistência às crianças que precisam. Relativamente à questão em Carregosa, a caixa da AdRA, o problema ainda não se resolveu, o senhor Deputado Tony Almeida colocou aqui a questão que foi transmitida à AdRA. Esta semana a Câmara Municipal reuniu com a Junta de Freguesia de Ouca e o assunto foi falado, é claro que tem

de se resolver, porque o equipamento não poderá ficar ali, e enquanto não for retirado a Autarquia não aceitará as condições que a AdRA venha a propor para a recessão provisória daquela obra. Quanto aos terrenos na Freguesia de Ouca, adquiridos para a construção do Centro Escolar, não irão ser utilizados para esse efeito. O Centro Escolar já não vai ser construído, a intenção é recuperar a Escola Básica de Ouca e, portanto, os terrenos terão de ter outra utilidade. Depois de auscultar algumas sensibilidades chegou-se à conclusão que se poderia instalar ali um equipamento desportivo através de uma pareceria com a Associação Pista da Floresta. A Câmara consultou e tem articulado com a Junta de Freguesia de Ouca todos estes assuntos e está a ser estudada a hipótese de instalar naquele espaço um equipamento de apoio à Associação Pista da Floresta, transformando-se numa pista de motocross. Em relação aos planos de pavimentação não existem. No caso da Junta de Freguesia de Ouca adjudicou-se muito recentemente a repavimentação da estrada principal ao Rio Tinto, fazendo aquela parceria com a AdRA e, portanto, algumas das prioridades que foram levantadas na altura pelo senhor Presidente da Junta estão contempladas nessa adjudicação. Relativamente à comissão de trânsito ela tem reunido com a normal regularidade. Quanto à contratação dos escritórios do Dr. Luís Montenegro o procedimento concursal é público, está nos serviços da Câmara Municipal e quando o senhor Deputado Bruno Julião quiser pode consultar todo o processo. A legalidade está assegurada neste processo, assim como em todos os processos da Câmara Municipal. Quanto à transferência de pagamentos para a Junta de Freguesia de Calvão ainda não está tudo acertado, há uma questão administrativa pendente. Ainda esta semana a Câmara Municipal voltou a falar com a Junta de Freguesia mostrando a sua preocupação, mas os relatórios, de facto, ainda não estão completos. Entretanto, já foi feita uma parte da transferência, relativa ao ano de 2018, para mostrar a boa fé da Câmara Municipal, e não está aqui em causa a relação com a Junta de Freguesia, mas entendesse que a Junta de Freguesia, tal como todas as outras, terá de entregar tudo certinho. No que respeita aos investimentos industriais no Concelho de Vagos é de referir que a UNIBIKE começou há pouco tempo a laboração. Em relação à biblioteca que foi oferecida à Câmara Municipal já foi aceite, está só à espera de se articular a questão do transporte. Quanto à limpeza do matagal esta não pode ser feita em pleno inverno com o espaço cheio de água como está. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins voltou a usar da palavra e referiu que algumas das questões que colocou não foram respondidas, nomeadamente a Requalificação do Centro da Vila, do Palacete, da zona da Quinta do Ega e dos investimentos industriais em Vagos. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e solicitou ao senhor Presidente que respondesse às questões feitas em relação aos computadores. No GOV.PT aparece um valor, mas diz respeito a maio de 2020, mas esta segunda tranche, referente a 2021 não aparece na plataforma. Numa primeira fase foram adquiridos cento e tal computadores e depois, numa segunda fase, mais cerca de trezentos e tal e o senhor Deputado quer saber quanto custaram, porque não aparece qualquer informação na plataforma. -----

----- O senhor Deputado Xavier Neto Voltou a usar da palavra e referiu que o senhor Presidente não respondeu às questões que colocou, nomeadamente aos espaços verdes, o impacto da faixa de gestão de combustível, e o ponto do impacto da pandemia nas Associações Culturais e Desportivas.

----- O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e referiu que a Câmara Municipal não pode estar a fazer há um ano o que havia sugerido, porque as sugestões que deixou foi no âmbito do processo de vacinação que começou há dias. Aquilo que o senhor Deputado sugeriu em concreto era que os funcionários públicos, ou quem o senhor Presidente da Câmara entendesse designar, e os elementos das Juntas de Freguesia, em linha com aquilo que está a ser feito por todo o País, pudessem ajudar a contactar as pessoas, neste processo em concreto, principalmente aquelas que não têm telemóvel nem telefone. Esta será uma ideia muito bem acolhida, com certeza, porque é do interesse de todos e para que no momento certo não falhe ninguém dentro dos grupos que estão a ser vacinados. Outra questão que ficou por responder foi sobre uma notícia que saiu na comunicação social sobre uma alegada vacinação indevida no Concelho de Vagos, se a Câmara Municipal sabe alguma coisa sobre o assunto. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos voltou a usar da palavra e referiu que não lhe foi respondida à questão do plano de pagamentos dos segundo e terceiro trimestre de 2020 às Juntas de Freguesia.

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões apresentadas. Em relação ao pagamento às Juntas de Freguesia no início do ano fez-se o pagamento de uma tranche e está-se a tratar com as Juntas de Freguesia de atualizar todos os relatórios de execução de serviços para se poder em breve, no próximo mês de março, a partir do dia quinze, se há a possibilidade de fazer o pagamento de mais um trimestre. Relativamente à questão das águas pluviais a única coisa que a Câmara Municipal tem a lamentar é que esta matéria não entre nos financiamentos comunitários. Por exemplo, no caso da estrada Rines-Sanchequias cerca de um terço da obra é para condutas de águas pluviais, mais de um milhão de euros, um investimento muito grande, mas são zonas com cotas muito baixas e precisam de tubagens muito maiores. Depois há o trabalho que vai sendo feito constantemente em conjunto com as Juntas de Freguesia um pouco por todo o Concelho numa área que cada vez é mais necessária a intervenção da Câmara Municipal. Antigamente as pessoas limpavam as valas, havia o guarda rios que obrigava as pessoas a limpar, hoje esse trabalho não é feito e muitas vezes até se dão lugar a ocupações ilegais dessas mesmas valas e depois a água não circula com a mesma fluência que devia, para além de se impermeabilizar muito mais, o que torna este problema muito mais grave. Sobre a questão da faixa de gestão combustível e da desflorestação num caso como o do Concelho de Vagos essa questão não é assim tão pertinente. Obviamente que se está a falar de uma quantidade de área de gestão florestal muito grande, mas se está em causa a segurança e tranquilidade de todos é preferível fazer limpeza da faixa de gestão combustível e, por isso o senhor Presidente apela que até dia quinze de março cada um faça esse trabalho nos seus terrenos. Há aqui uma relação entre esta questão ambiental, por um lado, e em alguns casos nem é ambiental, mas tem de se fazer esta gestão com a Proteção Civil. Quanto ao impacto da pandemia nas Associações Culturais e Desportivas a Câmara Municipal tem a noção de que é muito grande, tem-se feito um acompanhamento muito grande destas associações.

Ainda agora se irá iniciar um projeto cultural com agentes culturais do Concelho, ir-se-á gravar durante algum período para transmitir via facebook, ao sábado à noite, entrevistas, concertos, etc. Em relação às associações desportivas ainda há pouco tempo se lançou um procedimento de atribuição de subsídio para que essas associações possam recorrer a planos de eficiência energética dentro das suas instalações, para aproveitarem esta paragem para executarem algumas intervenções e para fazer face às despesas correntes. A Câmara Municipal tem a noção que não são só estas áreas que estão a passar por necessidades, as IPSS's também estão a passar uma fase bastante complicada. A Câmara Municipal estará sempre ao lado das suas associações para as apoiar. No entanto era muito importante que as Associações Distritais e as Federações Nacionais acompanhassem o esforço das Câmaras Municipais, porque se estas continuarem a cobrar as mesmas taxas a todas as Associações Desportivas, com a falta de receitas que vão haver, não têm possibilidade de se aguentar. O esforço tem de ser conjunto e deve ser suportado por todas as entidades, nomeadamente as associações e as federações. Em relação à aquisição de computadores o contrato não está na plataforma porque ainda foi feito há pouco tempo. Numa primeira fase foram adquiridos cento e setenta e cinco computadores e numa segunda fase foram adquiridos mais cento e tal computadores e tablets e, não tendo presente os valores, ainda foi gasto um valor significativo. Em breve essa informação estará disponível no BASE.GOV.PT. Relativamente aos investimentos industriais no Concelho a Câmara Municipal continua a trabalhar afincadamente nesta área. Ainda agora está a ser alterado o Plano de Pormenor da Parcela E para poder instalar uma unidade ligada à área da saúde e da cosmética, um grande investimento numa área com elevada tecnologia e com necessidade de mão-de-obra bastante qualificada. Está a desenvolver-se a infraestruturização da Parcela B do Parque Empresarial de Soza. Entretanto, está-se num processo de aquisição de terrenos para a instalação de um Parque Empresarial na zona do Covão do Lobo, estando também em desenvolvimento o plano para o loteamento. Esta semana, adquiriu-se a totalidade dos terrenos em Covão do Lobo. Tem-se estado a trabalhar com as empresas que estão no Parque Empresarial da Ponte de Vagos. A Câmara Municipal continua a acompanhar as empresas da Zona Industrial e tem havido muitos e bons investimentos nas que já lá estão e continuam a fazer investimentos de expansão. Em Santa Catarina também se tem estado a trabalhar na implementação do Parque Empresarial previsto no Plano Diretor Municipal. Quanto à questão do Palacete e do Centro da Vila foi feita a adjudicação, irá para o Tribunal de Contas. Entretanto, ir-se-á aproveitar para requalificar todo aquele espaço envolvente. Uma questão que tem surgido muito na Quinta do Ega é o bar de apoio. Esse bar de apoio é um investimento privado e se está ainda fechado é porque não pode abrir devido às questões da pandemia. Quando o privado quiser abrir poderá fazê-lo. Em relação à ajuda dos contactos para a toma da vacina, obviamente, não podia ser há um ano, porque não havia vacinas há um ano atrás, mas desde o início que isso está a ser feito, como é evidente. O que está a ser feito há um ano é uma proximidade muito grande entre a Autarquia e a Unidade Local de Saúde. Neste momento, ontem e hoje, estiveram seis funcionários, a acompanhar as pessoas no processo de vacinação e estão duas pessoas a fazerem contactos, ainda que o processo de vacinação não seja da responsabilidade da Câmara Municipal de Vagos e nem

sequer tenha a lista das pessoas que irão ser vacinadas. Deste modo o senhor Presidente não se poderá pronunciar sobre a alegada administração indevida de vacinas, mas se houve vacinação indevida, e não querendo fazer juízos de valor, e provavelmente existiu, houve também algumas que foi por desconhecimento das pessoas, porque o processo de vacinação não foi bem conduzido pelo *Task Force*, tanto que o seu coordenador acabou por ser demitido. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

-----F – Período da “ordem de trabalhos”: -----

-----**PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. No entanto, usou da palavra para, em abono da verdade, dizer que este documento não é só elaborado pelo senhor Pereira de Moura, que como adjunto tem obrigações de fazer uma série de tarefas solicitadas pelo senhor Presidente. No documento de PDF também vem lá o autor o senhor Pereira de Moura e para não haver injustiças o senhor Presidente faz referência a senhora Vereadora Susana Gravato que tem coordenado, e bem, este trabalho da reformulação da informação do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal. Em relação ao processo das eleições Presidenciais informou de que correu tudo muito bem e quis deixar aqui um agradecimento público a todos os Presidentes de Junta de Freguesia, que são os eleitos locais, e às dezenas de Vaguenses que participaram nas mesas de votos, colocando a sua saúde e a dos seus familiares em risco. A Câmara Municipal de Vagos fez tudo o que estava ao seu alcance para reduzir os riscos. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o senhor Presidente da Câmara no período antes da ordem do dia acabou de forma muito rápida e tropeçou na verdade, quando disse que o senhor Coordenador da Task Force tinha sido demitido. Todas as pessoas sabem, é público, não foi demitido, demitiu-se. A verdade é que tanto na altura como hoje o nível de vacinação em Portugal compara bem com aquilo que é a nível Europeu. Em relação a esta informação do Presidente ouviu-se agora a justificação para ser um documento a seis nomes, o que está na lei é que é um documento do Presidente da Câmara que tem de se responsabilizar por ele. Neste caso concreto o senhor Deputado tem duas perguntas, uma delas relativamente ao nível de execução e perguntou ao senhor Presidente como é que chega aqueles números da execução no quarto trimestre, nomeadamente da despesa de capital, depois do que aconteceu no primeiro, segundo e terceiro trimestre. O senhor Deputado não sabe exatamente o que é que foi feito em termos contabilísticos e, por isso, gostaria muito que o senhor Presidente explicasse como é que se dá “aquele milagre” de ter chegado a 77% quando a percentagem devia ser bastante mais baixa. O segundo aspeto em relação ao qual falou prende-se com o impacto financeiro decorrente da pandemia da COVID 19. A Câmara Municipal utiliza uma forma habilidosa de dizer isto, referindo

que este esforço totaliza um aumento no montante total de trezentos e cinquenta mil euros. Acontece que este é um valor acumulado, não tem a ver com este período de prestação de contas da Câmara, porque este valor é desde o início da pandemia. Na anterior informação do Presidente da Câmara vinha referido que até trinta de novembro o valor do impacto financeiro era de duzentos e oitenta mil euros, ou seja, em dois meses, dezembro e janeiro, aquilo que se conclui é que a Autarquia investiu cerca de trinta e cinco mil euros, por mês, no combate à pandemia. Mais do que isso, depois há uma desagregação no anexo I sobre estas verbas, e se todos repararem entre este documento e o que foi aqui apresentado em dezembro conclui-se que os apoios concedidos a instituições, o aumento desde trinta de novembro para cá, é de zero euros. Para além das boas palavras que o senhor Presidente tem tido sempre, um grande anúncio de colaboração e de apoio total com as instituições, mas depois ou não estão registados ou não se percebe exatamente onde estão registados, porque não aparecem na informação do senhor Presidente da Câmara. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra para dar conta de duas notas muito breves. A primeira delas dar conta que neste documento não encontrou nada relativo à cultura e do apoio que foi dado. O senhor Deputado tem conhecimento que houve algumas ações, inclusive algumas que depois se vieram a concretizar com o Museu do Brincar e deviam constar, porque foram executadas e tiveram o apoio do Município. O senhor Presidente não devia ser tão modesto e colocar neste documento aquilo que é feito, porque esta forma de apresentar tem um documento síntese e depois tem os anexos que dão conta dos pormenores e, portanto, era bom que não fosse descurado essa falta de informação. No que respeita à área da cultura, contrariamente àquilo que o senhor Deputado Óscar Gaspar acabou de dizer, a Câmara Municipal não se escusou a apoiar tudo aquilo que foram iniciativas dos diversos movimentos, e não consta essa informação neste documento e seria importante fazer referência a isso. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e analisando a informação do senhor Presidente referiu que se verificou que houve um esforço do executivo para baixar a dívida a fornecedores e empreiteiros, mas neste momento a dívidas a fornecedores ainda é superior a um milhão e quatrocentos mil euros e a empreiteiros mais de um milhão e duzentos euros. Quanto às dívidas a fornecedores já se percebeu pelas palavras do senhor Presidente da Câmara que trinta e sete mil euros foram gastos em contentores, conforme contrato publicado no BASE.GOV.PT em quatro de janeiro. É um tipo de gasto que não se percebe muito bem, parece mau uso dos dinheiros públicos, aplicar trinta e sete mil em contentores unicamente para fazer stock, uma vez que a empresa nova vai colocar contentores novos. Claro que é responsabilidade do Executivo aplicar o dinheiro, mas ao grupo municipal do CDS-PP parece-lhe objetivamente mal aplicado. Quanto à forma do documento, por uma questão de coerência, num mapa que tem no documento, numa parte tem empreiteiros e depois no mapa vem a referência a fornecedores e investimento e o senhor Deputado é de opinião que se devia optar por uma designação ou por outra. O grupo municipal do CDS-PP focou um aspeto do decreto-lei nº124/2006, que obriga os proprietários e arrendatários que procedam à gestão da faixa combustível, limpeza e corte das árvores. A verdade é que a informação aqui é parca e devia-se refletir um pouco sobre este assunto e perceber bem o que é que o Concelho

de Vagos tem a ver com tudo isto. O Concelho de Vagos tem uma área agrícola e florestal muito grande onde grande parte dos terrenos são propriedade de pessoas idosas que com a sua condição, já para não falar na pandemia, não conseguem realizar este tipo de trabalhos. Como não conseguem realizar este tipo de trabalhos vão ter de contratar alguém para o fazer por eles para não incorrerem em multas. E quando se fala em multas fala-se de valores que vão desde os dez mil euros, para particulares, aos cento e vinte mil euros, para empresas. Já para não falar que se tratam de idosos com rendimentos, na maior parte deles, muito baixos, muitos deles sobrevivem de pensões que mal dá para a alimentação e medicamentos, e que veem com esta lei o rendimento disponível baixar ainda mais e em terrenos onde não tiram dali qualquer rendimento. O que o grupo municipal do CDS-PP gostaria de dizer é que sim a lei tem de ser cumprida, mas já que o Estado não pensou num apoio para as pessoas que não conseguem cumprir com estas obrigações que a Câmara Municipal o fizesse. Se as pessoas já não têm dinheiro para estes custos quanto mais depois para pagar as multas. O grupo municipal do CDS-PP queria saber se o senhor Presidente tem em mente de quantos processo já foram instaurados no Concelho de Vagos para se ter uma ideia do que aí vem, porque isto vai-se prolongar por uns tempos. Entretanto, e uma vez que a partir de quinze de março o Município vai ter de se substituir aos particulares, e vai ter de fazer este trabalho até trinta e um de maio, o senhor Deputado quer saber se tem meios próprios ou se vai contratar serviços externos para o fazer. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões colocadas pelos senhores Deputados. Entretanto, começou por fazer alguns esclarecimentos em relação ao plano de vacinação, assunto que também consta da informação do Presidente. Faz hoje oito dias quando houve mais dados concretos sobre a vacinação no Concelho de Vagos, houve uma reunião com os Presidentes de Junta, com os Presidentes das IPSS's, com o Comandante dos Bombeiros Voluntários e com o Comandante da GNR, no sentido de serem apurados os dados e pôr todas as pessoas ao corrente daquilo que se ia passar, por um lado, e pedir a colaboração de todos os agentes neste processo, por outro lado, para que ninguém fique para trás. O que está a acontecer hoje do ponto de vista objetivo é que está a Autoridade Nacional de Saúde a fazer os contactos, com o apoio de duas pessoas da Câmara Municipal. No primeiro dia que foram feitos os contactos, notou-se que as pessoas estavam muito desconfiadas, ou seja, estavam muito receosas de haver uma burla e decidiu-se em conjunto com a Dr.^a Judite, a Delegada de Saúde, fazer um anúncio público fazendo um apelo às pessoas e informando-as que o único sítio onde podem tomar a vacina é no Centro de Saúde. Tem estado a ser articulado com os Presidentes de Junta, nesta fase, os contactos das pessoas que por alguma razão não podem ser contactadas ou não se conseguem contactar. Numa segunda fase, a partir da próxima semana, e tudo isto tem de ser programado semana a semana, porque está-se sempre dependente do número de vacinas, surgirá a necessidade de haver o apoio das IPSS's para se fazer o transporte em conjunto com a Câmara Municipal e com os Bombeiros Voluntários. Este é o ponto de situação para a vacinação para todas as pessoas no Concelho de Vagos. Em relação à execução das despesas de capital, referida pelo senhor Deputado Óscar Gaspar, não houve aqui nenhuma limpeza, esta é uma análise séria dos números que estão aqui à

disposição de todos. No último trimestre houve uma execução financeira de mais de seis milhões e meio de euros, quase tanto como no primeiro e segundo trimestre juntos, porque infelizmente as transferências do Governo, e algumas transferências dos fundos comunitários, são muito concentradas no final do ano e, portanto, tem-se esta execução financeira que foi de seis milhões e meio de euros no último trimestre, sendo que no primeiro foram 3,2 M € e no segundo 4,7 M €. Isto não é o Governo onde se põe um orçamento para a saúde, mas depois só se executa cerca de 60%. Em relação ao impacto financeiro da pandemia do COVID 19 esta é a forma como a DGAL obriga a Câmara Municipal a enviar os dados. Por exemplo, não está aqui, mas já foi atribuído um subsídio a uma IPSS que estava com uma grande dificuldade. Em sede de reunião de Câmara foi aprovado um subsídio a atribuir à Associação de Solidariedade Social e Cultural de Santo André de Vagos para fazer face a uma situação de emergência que tem uma situação diferente das outras. Entretanto, outros apoios se seguirão às instituições do Concelho. Relativamente à questão levantada pelo senhor Deputado Sérgio Martins o senhor Presidente assumiu a culpa, pois este documento é da sua inteira responsabilidade, que é elaborada pelos serviços sob a coordenação da senhora Vereadora Susana Gravato e do adjunto do Presidente da Câmara, senhor Pereira de Moura. De facto, desta vez, por lapso, não contém a informação da cultura, e até existe muito boa informação relativamente a esta área. Há pouco tempo foi aprovado um projeto, em conjunto com os Municípios de Mira e da Tábua, que vem colocar à disposição do Município cerca de cem mil euros para várias ações culturais. Na área da cultura tem sido feito um trabalho e um esforço muito grande, nomeadamente, num projeto que irá ser iniciado em breve que se chamará VAGOS EM CEN@. Em relação à questão dos contentores esta é uma não questão, ou seja, os trinta e sete mil euros que foram gastos na aquisição de contentores foi porque parte dos contentores que estavam colocados um pouco por todo o Concelho, cerca de metade não eram propriedade do Município. Quando se rescindiu o contrato com a LUSÁGUA a hipótese era, ou se compravam contentores novos ou fazia-se uma avaliação do estado dos contentores que estavam no terreno e adquiriam-se à empresa pelo preço que foi, obviamente, acertado e fundamentado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal. É claro que seria absurdo a Autarquia ficar a fazer stock de contentores quando sabia de antemão que iria haver um novo procedimento. Quanto à questão da faixa de proteção e da falta de disponibilidade de algumas pessoas fazerem esse trabalho, o senhor Presidente, nesta matéria, terá de discordar. É preciso fazer essa gestão, é preciso que haja o bom senso por parte dos privados, porque na maioria dos casos existe, mas em alguns não existe. A lei está muito clara, a Câmara Municipal é executante e faz parte do processo de execução dessa lei e o senhor Presidente tem de se limitar a cumprir. Neste momento, o senhor Presidente não tem ideia quantos autos foram levantados, até porque esses autos na sua grande maioria são levantados pela GNR. O senhor Presidente tem conhecimento do trabalho que tem sido feito, a Câmara Municipal limpou, já desde o início deste processo, várias dezenas de hectares de terreno. No entanto, o senhor Presidente concorda quando o senhor Deputado Jorge Pereira diz que o Estado devia ser o primeiro a dar o exemplo e, infelizmente, em Vagos, vê-se o estado do estradão da Lomba e do estradão de Calvão, que o Estado entendeu através do ICNF, na reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta

Contra Incêndios, que não merecia a gestão dos dez metros da faixa de gestão combustível. Neste caso o senhor Presidente só gostava que o Estado fizesse em primeira linha aquilo que exige aos privados. Por exemplo, num caso concreto, e já se falou aqui, nos terrenos da Freguesia de Ouca, que eram destinados ao Centro Escolar, a Câmara Municipal optou por fazer a limpeza porque já se encontravam em mau estado. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referir-se ao quadro de execução financeira. Neste documento faz-se referência ao primeiro trimestre, ao segundo trimestre, ao terceiro trimestre e ao quarto trimestre. No terceiro trimestre a despesa de capital é de três milhões e duzentos mil euros, que correspondia a 31% de execução. No quarto trimestre a despesa é de seis milhões quatrocentos e noventa e nove mil euros, basicamente o dobro, e a taxa de execução passa para 75,7%. A pergunta que se faz é como é que se consegue este resultado. O que está aqui em causa não é o numerador, aquilo que foi feito, mas sim o denominador, aquilo que foi retirado do orçamento. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira voltou a usar da palavra e referiu que quanto à parte do Estado concorda em absoluto com o senhor Presidente. De facto, o Estado devia ser o primeiro a cumprir e nem sempre o faz. Quanto à questão dos contentores, só por uma questão de preciosismo, há sempre uma terceira opção e foi o que fizeram alguns Municípios, ou seja, neste intervalo de tempo alugaram os contentores e certamente ficaria bem mais barato do que adquiri-los. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e em relação aos contentores esclareceu que a gestão dos Municípios cada um fará como entender e desafia o senhor Deputado Jorge Pereira a ir ver os custos da operação do Município de Vagos e os custos dos outros Municípios. O Município de Vagos fez um excelente negócio, assegura o senhor Presidente. Na primeira fase, ao contrário dos outros Municípios que fizeram o procedimento com mais urgência, Vagos fez uma consulta prévia e não um ajuste direto. A opção adotada pelo Município de Vagos é, objetivamente, mais barata. Cada Município fez a gestão que entendia como sendo a mais lógica atendendo às suas circunstâncias. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira voltou a usar da palavra e referiu que quando foi o anterior contrato de recolha de RSU's o senhor Presidente veio dizer que foi um bom negócio e a verdade é que o contrato acabou a meio porque a empresa não cumpriu. Portanto, terá de se ver se desta vez o barato não sai outra vez caro. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

-----PONTO DOIS: DEBATE DA ATUALIDADE SOBRE O TEMA “REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA E REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS” – SOLICITADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD; -----

----- O porta voz do grupo municipal do PSD, senhor Deputado Juan Carlos Martins, informou a Mesa de que será o senhor Deputado Nuno Moura a fazer a apresentação deste ponto. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por dizer que por definição as Autarquias locais são entidades públicas que desenvolvem a sua ação sobre uma parte definida do

território tendo por objectivo comum, a concretização de interesses próprios das populações aí residentes. As Autarquias, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia representam, e chegam mesmo a substituir as funções do Estado junto das populações. E são essas entidades que tratam dos problemas relativos à proteção de pessoas e bens, da habitação, da rede viária, do parque escolar, de questões sociais, da gestão dos resíduos, dos investimentos, das zonas balneares, dos cemitérios, entre muitos outros. É a estas entidades que os cidadãos recorrem para prestar os seus receios, as suas preocupações e as suas necessidades esperando sempre uma resposta assertiva perante as suas expectativas. É a estas entidades que cabe o papel fundamental de enfrentar as intempéries e os fenómenos naturais, como foi o caso dos incêndios e das tempestades e reagir de uma forma pronta e eficaz. É aos autarcas, aqueles que representam essas entidades, que cabe a responsabilidade de corresponder por todo o seu trabalho com dedicação e empenho à satisfação do desejo das populações, criando as melhores condições de bem-estar. O senhor Deputado fez esta nota introdutória para dar relevo à importância das Autarquias Locais e ao papel de proximidade que elas representam para toda a sua comunidade. Neste contexto é sempre importante e oportuno falar sobre o poder local, sobretudo no ambiente de proximidade às populações e da salvaguarda da sua identidade em função da caracterização territorial. Como é do conhecimento geral desde dois mil e quinze que o Partido Socialista assumiu o compromisso de corrigir os erros da extinção das Freguesias e de reavaliar a reorganização territorial concretizada durante a governação do PSD-CDS-PP decorrente da aplicação da lei nº22/2012, que aprovou o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica e da lei nº 11-A/2013, que se regia sobre a mesma matéria. A reforma aprovada em dois mil e treze levou à redução das quatro mil duzentas e cinquenta e nove Freguesias, então existentes, para três mil e noventa e duas. Nesse sentido, o Governo chegou mesmo a apresentar e a aprovar em Conselho de Ministros uma proposta de lei a submeter à Assembleia da República com alterações ao regime de reforma das Freguesias. E prevê-se um aprofundamento do processo de reforma do Estado baseado nas conclusões do relatório apresentado pelo grupo técnico, para a definição de critérios para a avaliação da Reorganização do Território das Freguesias em articulação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias, prevendo-se a participação obrigatória dos órgãos Autárquicos abrangidos. E, portanto, crê-se não haverem dúvidas quanto à oportunidade de discussão deste tema. No entanto, há também que avaliar as razões que levaram o Governo em dois mil e doze a tomar a decisão de proceder à agregação de Freguesias num processo considerado precipitado e elaborado a regra e esquadro. Também não existe dúvidas quanto aos factos que originaram essa decisão e que teve essencialmente a ver com as exigências da *TROIKA*, que é a designação atribuída à equipa composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, que foi chamada a intervir pelo Partido Socialista, por força da eminente banca rota, que foi deixada pelo Partido Socialista de José Sócrates. Face a esse descalabro financeiro, diga-se em abono da verdade, a que o Partido Socialista já habituou, havia que negociar permanentemente, com a dita *TROIKA*, as medidas a implementar para o resgate financeiro ter sucesso. E se agora o Partido Socialista se queixa que não tem tempo para fazer um planeamento

minimamente capaz de responder aos desafios desta pandemia como era possível ao Governo de então, liderado por Passos Coelho, responder com toda a eficácia e rigor às exigências de cortes e reformas urgentes impostas pela *TROIKA*. Aliás, parece até que a exigência da *TROIKA* quanto à reorganização administrativa do território era mais audaciosa e o que realmente pretendia era a agregação de Municípios, facto que teria causado mais prejuízo, e se assim foi, será até de valorizar a forma célere como o Ministro de então soube trabalhar, com todos os erros e omissões inerentes, obviamente, no sentido da agregação de Freguesias. O que é facto é ter sempre de se lembrar que quando se chamou a *TROIKA* já não havia quase dinheiro para se pagar aos servidores do Estado: professores, médicos, enfermeiros, juízes, às forças de segurança, etc. Posto isto, importa agora tentar perceber o que é que o Governo, sem qualquer tipo de pressão passados todos estes anos, propõe para a Reorganização Territorial e Administrativa das Freguesias. A proposta de lei do Governo aprovada em Conselho de Ministros em vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte, para a criação de novas Freguesias estipula, em termos sintéticos, que quanto à população e território os requisitos são a existência de mais de novecentos eleitores por Freguesia e que as propostas de criação de Freguesias, têm de ser aprovadas por maioria qualificada, pelas Assembleia de Freguesia e pelas Assembleia Municipais envolvidas no processo. Quanto ao papel das Câmaras Municipais o parecer sobre a proposta de criação da Freguesia deve ser proferido no prazo de quinze dias após solicitação das Assembleias Municipais envolvidas no processo, prevendo-se que a ausência de parecer emitido no prazo proferido, é considerada que este é favorável. Portanto, merecendo a aprovação pelas Assembleias de Freguesia e pelas Assembleia Municipais a proposta de criação de Freguesias é remetida à Assembleia da República a fim de aí ser apreciada nos termos da Constituição da República Portuguesa. Assim, a agregação de Freguesias decorrente da aplicação da lei nº22/2012, que aprova o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, e da lei nº11-A/2013, Reorganização Administrativa das Freguesias, pode ser corrigida por manifestação dos Órgãos da Freguesia e não oposição da Assembleia Municipal. Entre os critérios exigidos para a criação de Freguesias estão: a prestação de serviços à população; a eficácia e a eficiência da gestão pública; a população e o território; a história e a identidade cultural e a vontade política da população manifestada pelos respetivos órgãos representativos, refere a proposta do Governo indicando população obrigatória. Quanto à população e território os requisitos são a existência de mais de novecentos eleitores por Freguesia, à exceção dos territórios do Interior, em que se exige que o número de eleitores não seja inferior a trezentos por Freguesia, a área de Freguesia não pode ser inferior a 2% nem superior a 20%, da área do respetivo Município, e o território das Freguesia é obrigatoriamente contínuo. Segundo esse diploma a criação de Freguesias pode ser concretizada pela agregação da totalidade, ou parte, de duas ou mais Freguesias ou pela desagregação de uma Freguesia em duas ou mais novas Freguesias, determinando que as Freguesias a criar através da agregação podem pertencer a Municípios distintos. A proposta define ainda que enquanto não estiverem constituídos os órgãos Autárquicos das novas Freguesias a administração das mesmas é atribuída a uma Comissão Instaladora cujas funções não podem exceder o prazo de seis meses. O diploma indica também que não é permitida a criação de

Freguesias durante o período de seis meses imediatamente antecedente à data marcada para a realização de quaisquer eleições a nível nacional. Em relação ao período mínimo de existência de novas Freguesias, o Governo pretende que após a criação de uma Freguesia a mesma tem de se manter, pelo menos, ao longo dos três mandatos autárquicos seguintes. Portanto, estão já consagrados na proposta de lei, apresentada pelo Partido Socialista, uma série de critérios que poderão e deverão ser por todos devidamente avaliados e ponderados com o objetivo de no futuro a Assembleia se poder pronunciar com mais propriedade sobre o assunto. O senhor Deputado acredita, porque o Partido Socialista sempre habituou as pessoas a avanços e recuos, que este processo não seja concluído por forma a afetar já as próximas eleições autárquicas. Facto que contribuirá para o amplo debate sobre esta matéria, começando desde logo por se efetuar uma avaliação concreta e rigorosa relativamente à reorganização operada em dois mil e treze e os seus reais efeitos, sendo que, em determinadas situações, a mesma não trouxe a tão desejada poupança ao Estado, antes resultando em encargos acrescidos para as Freguesias, além de que contribuiu para um maior afastamento entre eleitos e eleitores e numa maior dificuldade na resposta aos problemas e anseios das populações. Por outro lado, e em função da proposta de lei apresentada em dezembro último, que define o regime jurídico da criação de Freguesias, que ao estabelecer os critérios de agregação, levanta questões prementes que têm de ser analisadas sob a ótica das especificidades de cada território e das respetivas comunidades. É também importante a ponderação cuidada relativamente à aprovação de medidas legislativas dependentes de uma verdadeira análise e discussão sobre a reforma administrativa, que só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais. E é sobre este princípio e ponderação que assenta a posição do PSD de Vagos, em claro respeito pelas decisões que foram tomadas pelos órgãos eleitos e pelos cidadãos de cada Freguesia. Aliás, com esta posição está-se só a reiterar aquilo que já foi dito quanto à agregação de Freguesias e que o grupo municipal do PSD manifestou na altura, face ao projeto lei então apresentado e que ficou bem claro na Assembleia Municipal de vinte e dois de dezembro de dois mil e doze, no sentido de respeitar a vontade dos antepassados que lutaram para criar as Freguesias, que entretanto foram agregadas. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra para expor a sua reflexão sobre o assunto. É necessário preservar-se todo o património histórico, mas sobretudo o humano. As Freguesias são uma construção de muitos anos, muito suor, muitos desafios, muitos sacrifícios e muitas renúncias. São, sobretudo, uma consciência coletiva e não se pode, simplesmente em nome de questões económicas, apagar o passado de todos aqueles que construíram o presente e o futuro. As Autarquias Locais e em particular as Freguesias, são o primeiro e o mais importante nível de participação democrática. Todos sabem das dificuldades de se verem representados no poder central, como verdadeiros representantes de um povo. Os primeiros representantes de uma população estão nas Freguesias. Se a intenção é dignificar a política, então, é necessário cuidar com muito carinho dos berços da política nacional, as Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia. Elas são o rosto e a alma de cada cidadão e são sobretudo o espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma consciência de bem comum e de justiça social, que depois se tende a

alargar a todo o território nacional. Contrariamente àquilo que às vezes querem fazer crer, não se pode apagar a história, não se pode ofuscar esta procura, tem que se defender contra todos os ataques economicistas, ou outros, para se verem resolvidas as dificuldades económicas. Aquilo que mais interessa são as pessoas e têm que ser defendidas e as Autarquias Locais defendem as pessoas em primeira instância. Se assim é terá de se fazer de tudo para voltar atrás com este processo que já não deveria ter acontecido. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que esta grande reorganização que foi feita, conhecida como a reforma Relvas, e o senhor Deputado Nuno Moura já explicou porque é que ela foi necessária, é a primeira grande alteração nas autarquias locais em cento e cinquenta anos. O Objetivo desta reforma era criar novas Freguesias que permitissem ganhar escalas e dimensão, tentar gerar uma descentralização e novas competências. Haveria aqui alguma desagregação das competências entre as Freguesias e os Município, como de facto aconteceu. O grande incentivo tinha a ver, inicialmente, com a fusão de Municípios. Tendo com base alguma identidade que depois seria trabalhada noutra perspetiva. Esta é uma realidade que tem acontecido numa grande maioria dos países da Europa na segunda metade do século XX e, como já aqui foi falado, estas teorias têm sempre por base uma teoria económica, com o objetivo de tentar uma economia de gestão e que só pode ser conseguida por locais de maior dimensão. Obviamente, que uma das principais questões, e uma questão crítica, é encontrar qual é esta dimensão ótima do território onde se vai desenvolver esta divisão autárquica que possa ser, e demonstre ser, eficiente. Terá de se comparar os custos económicos, mas, naturalmente, também os custos sociais que são extremamente importantes. Para além desta questão de qual é que é o tamanho ideal dever-se-á ter em atenção outros fatores: qual é a vontade política de centralizar ou descentralizar um país; qual é a capacidade das unidades locais; a questão demográfica; a estrutura; quais são as características do território; a história das instituições locais; as normas europeias sobre toda a população local. Tudo isto são uma série de coisas que têm de ser naturalmente trabalhadas e previstas. É importante que se perceba que esta noção de Freguesia é uma questão muito portuguesa e não se encontra na Europa situação semelhante. Existem autores que já falavam em mil novecentos e oitenta a que este retalhamento do mapa administrativo também podia colocar em causa o funcionamento e viabilidade das Juntas de Freguesia, porque eventualmente poderiam não ter capacidade de subsistência. Afinal o que é que esta reorganização das Freguesias trouxe? Para além desta agregação das Freguesias, que tinha como ponto único garantir a eficiência reduzindo os custos, certamente não terá conseguido atingir aqueles que eram realmente os objetivos. Existem coisas que foram conseguidas e que foram uma nova competência para as Juntas de Freguesia através, por exemplo, da delegação de competências. Para o grupo municipal do CDS-PP falar em reposição de Freguesias parece ainda algo prematuro. A forma, de facto, não foi perfeita, mas foi necessário, porque foi uma obrigação que tinha de ser cumprida. No entanto, estar a discutir este assunto, a meses de eleições autárquicas, não parece o melhor “*timing*”, até porque existem outras situações urgentes e muito mais pertinentes nesta fase. Mas, obviamente, é um assunto que deve ser discutido novamente e de forma clara, tendo em consideração se aquilo que estava explicito no memorando de entendimento com a

TRIOKA, são indicadores de atividade que permitem de uma forma transparente e muito objetiva saber se o que foi proposto aquando da reorganização, se foi atingido ou não. O objetivo é levar a discussão às Freguesias de forma clara e dizer-lhe de forma concreta aquilo que tem acontecido neste período. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o grupo municipal do PSD perverteu o regimento. Este não é um debate da atualidade, este é um debate da “desatualidade”, ou seja, este tema não está na ordem do dia, não tem qualquer ponto de relação com a atualidade, ainda mais em ano de Autárquicas. A não ser que o PSD queira aqui criar um gancho para ter algum ganho em termo de resultados autárquicos. Esta iniciativa do PSD é oportunista e estéril e, neste momento, as pessoas que estão a ouvir esta sessão pela internet estarão com certeza a perguntar, *“mas porque é que o PSD colocou isto na agenda, o que é que quer discutir em termos da atualidade? Este é o PSD que atira a pedra e esconde a mão.”* As pessoas não esquecem que a lei da extinção das Freguesias é uma lei que decorre do livro verde, de Passos Coelho e de Relvas, de reorganização administrativa O senhor Deputado teve o cuidado de ler para esta Assembleia o que diz esse livro e reparou na justificação, que passou a citar. *“ O choque reformista reforçará os Municípios e as Freguesias no quadro do respetivo estatuto constitucional mudando regras e sobretudo adotando um novo tempo nas circunstâncias políticas existenciais e mais exigente na eficácia e eficiência na aplicação de recursos. Não reformar agora significaria perde uma oportunidade histórica para transformar o poder local em Portugal. O XIX Governo Constitucional assume esta reforma do poder local como um desígnio e um instrumento para mudar Portugal, também aqui não iremos falhar.”* Esta era a posição do PSD na altura, do Governo de Passos Coelho e de Miguel Relvas. De facto, aquilo que se compreende é que há necessidade neste momento de fazer algumas alterações a essa lei. E é por isso que o Governo apresentou a tal proposta de lei nº 68, que o senhor Deputado Nuno Moura referiu, relativa ao regime jurídico de criação, modificação e extinção de Freguesias. Curiosamente, o senhor Deputado esteve a ver o debate que aconteceu na Assembleia da República, viu os projetos de lei do PCP, do Bloco de Esquerda e de outros Partidos, mas não encontrou nenhum projeto do PSD o que demonstra parecer que não há muita vontade deste partido em discutir o assunto. Esta é que é a verdade, quer o PSD de Vagos queira ou não queira. Este tema foi debatido na Assembleia da República no passado dia 29 de janeiro e duas coisas ficaram muito claras, para todos os partidos, primeiro que este não era o momento de fazer alteração de regras a tão pouco tempo das eleições Autárquicas e, portanto, este processo está adiado. Segunda, o senhor Porta Voz do PSD no debate disse *“ao contrário do que muitos anteciparam, a reforma não conduziu a um problema nas eleições Autárquicas de dois mil e treze e teve uma larga aceitação pelos autarcas locais. O PSD pode fazer este debate, mas a reforma das Freguesias pode ser ajustada mas não feita à pressa”*. Num debate em que as próprias pessoas do PSD disseram que era insensato antes das eleições Autárquicas, o senhor Deputado deixa esta palavra, é absolutamente insensato, neste momento, estar neste debate das Freguesias, sendo certo que foi o PSD o responsável e o promotor da extinção das Freguesias que houve há uns anos em Portugal. -----

-----O senhor Deputado Victor Neto usou da palavra e referiu que ficou surpreso, mas ao mesmo tempo tranquilo, porque percebeu que o senhor Deputado Óscar Gaspar assistiu ao debate da Assembleia da República, que foi há dias. Portanto, este assunto não está assim tão desatualizado e percebe que o tema até é pertinente. Sobre a paternidade, o senhor Deputado Nuno Moura, apresentou muito bem o tema, e de quem é a paternidade de tudo isto. Em 2013, Portugal deixou de possuir as então 4260 freguesias para possuir 3092, uma redução de 1168 freguesias. O Concelho de Vagos, como é sabido, teve uma redução de 3 freguesias. Importa, pois, perceber, volvidos estes quase 8 anos, avaliar se efetivamente a agregação aumentou eficiência na gestão pública local e se aumentou os serviços prestados. Mas importa também avaliar a perspetiva dos cidadãos. Importa perceber se a agregação de freguesias criou uma maior proximidade das freguesias à população. Podemos já encontrar alguma literatura científica publicada, quer de artigos científicos, quer de dissertações de mestrado de diferentes instituições de ensino superior, que abordam o estudo destas duas vertentes. Comumente, os dados apontam para que o processo de agregação não produziu grandes alterações ao nível da governação local e da qualidade dos serviços prestados pelos órgãos da freguesia, mas também apontam que as freguesias continuam com recursos económico-financeiros e humanos muito diminutos, e fortemente dependente, financeiramente, das transferências efetuadas pelo Governo Central e pelos municípios. Os estudos que abordam a perspetiva dos cidadãos são unânimes em apontar que a realidade organizativa criada com as uniões de freguesia continua a não ser, maioritariamente, desejada pela população e a mostrar que existe um maior afastamento da população com a sua freguesia. Não avalei a particularidade da eficiência e a eficácia resultante da agregação das freguesias no Concelho de Vagos, mas acredito que esteja em linha com o que a literatura aponta para as realidades estudadas. Mas interessa-me aqui neste debate dar voz aos cidadãos do nosso Município que representamos e em particular aos vizinhos de Santa Catarina com quem tenho mantido conversas acerca deste assunto. Maioritariamente, o desejo é que se volte à organização anterior, portanto de 11 freguesias. As razões apontadas são diversas, mas podem ser agrupadas em questões de identidade, o sentimento de que não há investimento na localidade, ou ainda de que a criação da união de freguesia foi completamente inerte, sem consequências positivas ou negativas, e que a poupança global é baixíssima face ao orçamento do Estado. O facto de haver menor densidade de atores políticos é considerado um benefício. Curioso que o sentimento de que não há investimento na localidade, só há na localidade parceira, é um sentimento que é expresso por pessoas de ambos os lados, o que mostra concordância com o sentimento de maior afastamento da população com a sua freguesia reportado na literatura. Na questão da identidade cultural da localidade é mesmo referido que as uniões de freguesias não contribuíram em nada para a diluição da identidade particular e tão pouco para a geração de uma identidade coletiva nova. Portanto, podemos afirmar que na perspetiva da maioria das pessoas, independentemente se são da localidade mais populosa ou da localidade menos populosa, a reorganização das freguesias de 2013 é algo que deve ser desfeito. Se a reorganização deste nível autárquico for efetivamente uma necessidade, então que seja feita de modo envolvente, participativo e claro. Importa definir de forma objetiva e clara o papel que queremos que as freguesias

desempenhem no contexto em que vivemos, pesar os vários elementos, positivos e negativos, mas saber considerar que no futuro será mais benéfico definir um caminho de opções sobretudo democráticas e não de imposições tecnocráticas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que este tema é da atualidade e entrou na atualidade agora, mas não é novidade. No final de dois mil e dezasseis, trazido também pelo PCP e pelo PS, entrou no debate da atualidade da altura. Curiosamente, em ambas as circunstâncias, em vésperas das Eleições Autárquicas. O senhor Presidente percebe que o PS, com a geringonça de esquerda cada vez mais afunilada só no PCP, tem que fazer estes “fretes” ao Partido Comunista Português para discutir determinados temas, nomeadamente este, que é um tema “querido” do PCP. O assunto foi discutido em Conselho de Ministros e está a ser discutido em sede de Assembleia da República. Inclusive, a Associação Nacional de Municípios já se pronunciou, portanto, sobre a questão da oportunidade o senhor Presidente só tem a dar os parabéns ao PSD por ter lançado este tema, como um dos temas da atualidade. Obviamente, que têm aqui sido discutidos outros temas com crucial importância para a atualidade, nomeadamente aqueles que dizem respeito às questões da saúde pública. Esses temas que têm sido aqui discutidos de forma permanente estão mais na ordem do dia do que temas estéreis como este. O tema é estéril porque o Partido Socialista o lançou a nível nacional para que ele fosse estéril. Quanto à questão da paternidade já foi discutido, e “rediscutida”, a questão. Não se pode negar que esta reforma e reorganização das Freguesias foi feita no Governo liderado por Passos Coelho, e que tinha também o CDS-PP na composição do Governo, mas também convém ser-se sérios e referir que esse era um tema que estava no Memorando de Entendimento, quando o Partido Socialista foi obrigado a chamar a *TROIKA*, e isto é bom que nunca fique esquecido, num Governo liderado pelo Eng^o José Sócrates. O senhor Presidente bem sabe que hoje o Partido Socialista tem vergonha do Eng^o José Sócrates, mas todos têm um passado, o Partido Socialista tem um passado e o PSD também, e os Sociais Democratas têm muito orgulho no Governo de Pedro Passos Coelho que conseguiu reconduzir o País a uma situação de estabilidade económico-financeira, e ainda bem que o conseguiu, porque preparou o País para uma situação como a que se está a viver hoje, caso contrário estar-se-ia bem pior, e ainda assim já se está mal. Sobre a questão das Freguesias, obviamente que para o Presidente de Câmara e para a Câmara Municipal aquilo que mais interessa é a vontade do povo, com aqui foi referido, e muito bem, pelo senhor Deputado Victor Neto. A vontade do povo tem de ser respeitada e terá de se perceber se as pessoas, os fregueses e munícipes preferem a desagregação ou se preferem manter-se como estão. Para a Câmara Municipal é absolutamente indiferente lidar com oito ou com onze Presidentes de Junta de Freguesia. A vontade das populações deve ser aquela que realmente interessa, até porque se estão sempre a reivindicar que há um afastamento das pessoas da política é bom que se aproveite quando as pessoas querem estar na causa pública e querem dar o seu contributo. Neste caso, as pessoas das Freguesias, os fregueses, têm que ter uma palavra a dizer para que haja, depois, este sentimento de posse relativamente às questões que são discutidas na sua Freguesia. Por isso, e enquanto eleito pelo PSD, o senhor Presidente da Câmara, referiu que o PSD nunca em circunstância nenhuma, desde o início deste processo, mesmo quando

o processo foi liderado pelo PSD, nunca alterou a posição em Vagos. O PSD de Vagos foi sempre frontalmente contra o processo de agregação de Freguesias, defendeu sempre a estabilidade das onze Freguesias que havia no Concelho, mas está disponível e pronto para discutir essa questão quando houver vontade séria de falar sobre o tema. Obviamente, que o *timing* de discussão do tema na Assembleia da República, por parte do Governo, esse sim é absolutamente estéril e ineficaz. Até porque, em princípio, ter-se-á Eleições Autárquicas em setembro ou outubro, e, portanto, mesmo que se tomasse uma decisão, ou que o Governo e a Assembleia da República tomassem uma decisão agora não iria a tempo das próximas Eleições Autárquicas. Aquilo que o Partido Socialista quis fazer a nível nacional foi folclore político e o PSD, e o senhor Presidente, disponibiliza-se para discutir este tema de forma séria, conjugando com a vontade das populações e para isso contem com o PSD sempre, para que a vontade das populações seja respeitada. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura voltou a usar da palavra e referiu que percebe a agitação do senhor Deputado Óscar Gaspar, porque sempre que se fala na má gestão do Partido Socialista ele fica enervado. No entanto, a verdade é que as três intervenções que Portugal teve, depois do 25 de Abril, tiveram sempre origem em Governos Socialistas e depois resolvidas/corrigidas pelo PSD e pelos outros partidos. Aquilo que o PSD de Vagos pretendeu fazer, ao contrário do Partido Socialista de Vagos, que não teve tempo para estudar o tema, já se percebeu, que em vez de vir para aqui trazer ideias apenas veio criticar a opção de se trazer este tema a discussão, foi discutir o tema. E o tema só foi trazido a discussão porque o Partido Socialista decidiu levar o assunto a discussão da Assembleia da República. O PSD de Vagos não trouxe aqui o tema só porque sim, e o que não quer é fazer com este tema aquilo que o Partido Socialista fez com a Lei Eleitoral Autárquica que agora veio reconhecer que pode não estar em feita, que foi aprovada em cima do joelho e impedia as candidaturas independentes às Autarquias Locais. E isso é o que PSD não quer, o que quer é discutir o tema, mesmo tendo a consciência que falta algum tempo até que se venha eventualmente a produzir algum efeito. Mas se as ideias forem sendo discutidas e apoiando a população nos seus anseios e nas suas necessidades é mais vantajoso e mais produtivo, ao contrário daquilo que o Partido Socialista aqui veio fazer nesta Assembleia. O senhor Deputado atreve-se a dizer que passados quase estes dez anos, desde a alteração, que a erosão temporal traz experiência e conhecimento e, portanto, há uma avaliação muito importante a levar a cabo por parte de todos os órgãos e deve ser aproveitada neste eventual novo processo de reorganização. É com base neste pressuposto que o grupo municipal do PSD veio afirmar, e veio trazer, este tema no sentido de dizer às pessoas que respeitará sempre a vontade dos órgãos eleitos e da população de cada uma das Freguesias face àquilo que acharem que será melhor para eles. O senhor Deputado considera lamentável o comportamento do Partido Socialista que se deviam ter preparado, mas pelos vistos não conseguiu fazê-lo. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que tem sentido que o senhor Deputado Óscar Gaspar está nervoso na discussão deste tema, provavelmente desde que anda a participar em eventos promovidos pelo PSD, e também é bem-vindo à discussão deste tema em conjunto com o PSD. A Câmara Municipal foi consultada, através da ANMP e dos grupos

parlamentares, nomeadamente do PCP, sobre o início do debate e discussão deste tema e daí a pertinência da discussão deste assunto, que também foi alvo de discussão em pleno Conselho de Ministros. Inclusive, houve um anúncio formal, por parte do Partido Socialista sobre esta matéria. Em relação àquilo que o senhor Deputado Nuno Moura agora acrescentou o senhor Presidente considera que faz todo o sentido, indo ao encontro daquilo que foi referido pelo senhor Deputado Hugo Santos, que este trabalho se faça com tempo para que no início de uma nova legislatura, e não no fim dum mandato das Autarquias, consolidar um processo a tempo das próximas Autárquicas que à partida são em dois mil e vinte cinco. Estar a discutir agora este tema, ao nível da Assembleia da República e do Governo não servirá para nada, porque não tem qualquer espécie de efeito prático, agora, quem colocou este tema na ordem do dia foi o Partido Socialista com fins eleitorais e para segurar o Partido Comunista Português. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos.

-----PONTO TRÊS: CONTRATOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS – PARA CONHECIMENTO; -----

----- O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que se estivesse aqui como vice-presidente da CIP, que foi nessa condição que esteve e que o senhor Presidente da Câmara referiu, aquilo que começaria por dizer era relevar o facto de se estar aqui perante nove milhões e meio de euros de investimento, um investimento produtivo, exemplo de empreendedorismo. De qualquer maneira, nesta fase, está aqui como eleito do Partido Socialista, e como militante do Partido Socialista, e na fiscalização das atividades da Câmara Municipal. Embora na ordem de trabalhos este ponto aparece apenas para conhecimento, e tanto o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara referiram isso, o senhor Deputado gostaria que fosse tido em conta que o artigo 12º do Regulamento o que diz é que *“serão levados ao conhecimento da Assembleia Municipal em vista à fiscalização do cumprimento do presente regulamento”*, ou seja, não se está para dizer que se viu os contratos e se tomou conhecimento. O que se está aqui é a fiscalizar o cumprimento do regulamento. Este artigo 12º diz que os contratos são submetidos à Assembleia Municipal na primeira sessão daquele órgão deliberativo, após a sua celebração. Os contratos são de outubro e, por isso, o senhor Deputado questiona o senhor Presidente da Assembleia Municipal se tem algum motivo para ter violado este artigo e estes contratos não terem vindo à sessão de dezembro de 2020 como devia ter sido feito. Relativamente aos contratos, a explicação que se ouviu por parte do senhor Presidente da Câmara foi um pouco coloquial dos projetos de investimento, e não houve informação real nem relevante para aquilo que se faz aqui. Existe dois contratos com benefícios fiscais a quatro anos e um a cinco anos e o que diz o Regulamento no artigo 7º é que os projetos de investimento são avaliados de acordo com uma série de critérios, e é com base nessa avaliação que se sabe que tipo de benefícios fiscais é que são dados. A Câmara Municipal não enviou esse documento de avaliação nem o senhor Presidente da Câmara na explicação que deu

apresentou qualquer informação sobre o valor intrínseco dos projetos, o que é que eles valem para o Concelho de Vagos e por que motivo se estão a dar estes benefícios fiscais. A posição do Partido Socialista em relação à questão de princípio é muito clara, é óbvio que é importante para o Concelho de Vagos atrair e reter estes investimentos, estes benefícios são bem aplicados para a criação de postos de trabalho em Vagos, postos de trabalho qualificados, mas também é importante que a Assembleia municipal tenha todas as condições para fiscalizar aquilo que a Câmara Municipal contratualizou em outubro passado. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que este assunto não veio à sessão de dezembro da Assembleia Municipal, tendo em conta que os contratos são de outubro de dois mil e vinte, e o senhor Presidente da Câmara Municipal no dia oito de novembro enviou por e-mail o pedido de agendamento, porque, e uma vez que, o que está aqui em causa é dar conhecimento à Assembleia, não carece de votação, e a sessão de dezembro era extremamente extensa, entendeu não incluir na ordem de trabalhos este ponto. A Câmara Municipal solicitou o agendamento do assunto para a sessão de dezembro, o senhor Presidente da Assembleia Municipal entendeu, devido à ordem de trabalhos extensa, agendar este ponto nesta sessão de fevereiro. Esta foi uma decisão da Mesa. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra para realçar o facto de dois, dos três investimentos aqui apresentados, serem de empresas que nasceram em Vagos, que são de pessoas de Vagos, residentes em Vagos e que continuam a apostar em Vagos. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra para felicitar os empresários Vaguenses que continuam a apostar em Vagos, a investir o seu dinheiro, o que vem reforçar o apelo que o grupo municipal do CDS-PP tem feito ao Executivo de terem de ser dadas todas as condições necessárias a estes empresários para que continuem a investir no Concelho e que estes apoios não sejam só em forma de benefícios fiscais. Acima de tudo na criação de condições de trabalho e de infraestruturas adjacentes à sua empresa para serem competitivas, nomeadamente vias rodoviárias de qualidade, que não existem, acessos rápidos às principais vias de comunicação que ligam ao exterior do Concelho, que também não existem, ou até o próprio embelezamento da Zona Industrial onde se poderia, para além de melhorar as infraestruturas, ter algum cuidado estético nas rotundas que estão completamente abandonadas, para já não falar dos arruamentos. O grupo municipal do CDS-PP está de acordo com a atribuição destes benefícios, mas chama à atenção do Executivo que cada empresa que se fixa no Concelho de Vagos obriga a um aumento da responsabilidade do próprio Executivo, para com as mesmas, e não deve defraudar as suas expectativas, porque o sucesso das empresas também é o sucesso de muitos Vaguenses que elas empregam. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e esclareceu que em relação ao facto do assunto não ter vindo à sessão de dezembro o senhor Presidente da Assembleia partilhou a decisão e ele concordou. Não viu inconveniente nenhum em que a questão fosse incluída na ordem de trabalhos de fevereiro e, portanto, também partilha dessa responsabilidade. Os contratos estavam assinados, há um procedimento que enquadra a assinatura dos mesmos e, obviamente, que o senhor Presidente terá todo o gosto em enviar ao senhor Deputado Óscar Gaspar todo o processo

de tomada de decisão, para conhecimento e fiscalização, que é isto que a Assembleia Municipal faz, isto é, fiscalizar a atividade da Câmara Municipal e é isso que se está aqui a fazer. O senhor Presidente não quis perder muito tempo a explicar quem são estas empresas, porque elas são sobejamente conhecidas, facilmente identificáveis. Desde que este Executivo está na Câmara Municipal, e quando foi eleito em dois mil e treze, tem havido uma estratégia de investimento no Concelho de Vagos e felizmente tem resultado. É evidente, está aos olhos de toda a gente, o potencial que o Município tem colocado à disposição de várias empresas que têm procurado o Município para investir. É verdade que são importantes as infraestruturas rodoviárias e o embelezamento, mas há muitas outras questões que não saltam tanto à vista, mas que são fundamentais para a instalação das empresas, nomeadamente: a resposta célere aos processos administrativos que há na Câmara Municipal; o acompanhamento permanente que se tem a estas empresas e estes investidores; a necessidade que estas empresas têm de disponibilidade de rede de abastecimento de energia elétrica e de gás, que a Câmara Municipal também tem feito por colocar à disposição destas empresas. As coisas não acontecem por acaso, acontecem porque há um trabalho de base que a Câmara Municipal tem feito articulando com a parte do licenciamento das obras particulares e do Núcleo de Desenvolvimento Económico. Têm sido várias as estratégias que o Executivo tem utilizado e, felizmente, têm resultado. No caso concreto destes três investimentos, começando pela Ria Blades que como se sabe é uma empresa que ocupa quarenta hectares do Parque Empresarial de Soza, uma empresa de referência. Já fez três expansões desde que este Executivo está na Câmara Municipal, além do investimento inicial que teve e para além dos investimentos que tem feito a nível da tecnologia. Esta empresa há poucos dias fez o transporte de uma pá que vai para testes na Dinamarca e pode ser uma pá absolutamente inovadora e entrar no circuito de vendas do Grupo Siemens Gamesa, que é um dos maiores grupos mundiais de produção de pás eólicas. Está na linha da frente daquilo que é a produção de energia verde. Ao senhor Presidente parece-lhe um pouco estranho em Portugal falar-se da produção de energia através do hidrogénio quando se tem empresas de referência e se poder criar um cluster muito forte ao nível das energias renováveis, nomeadamente a energia eólica, e estar-se a dedicar tanto tempo e investimento a uma tecnologia que ainda é tão nova. Por isso, aqui o PRR, que é um documento absolutamente centralizador do investimento português em Lisboa e no Porto e que não vem resolver os problemas do país e, pelo contrário, vem criar muitos problemas à economia real, que se vai assistir nos próximos tempos. Relativamente à empresa Mplastic pertence ao grupo Mistolin e será uma fábrica que já está em fase de conclusão e que irá produzir os recipientes que albergam os produtos da Mistolin. A Mistolin é uma empresa bastante inovadora, do ponto de vista tecnológico, e que tem sido e tido várias referências, tem ganho vários prémios e tem tido vários apoios comunitários pela inovação que coloca nos seus processos. A Favorite Hypotenuse é uma empresa que está ligada ao Grupo Fernet e que irá produzir equipamentos complementares àqueles que este grupo já produz e que irá ocupar as antigas instalações da Fernet. O senhor Presidente da Câmara informou de que fará chegar ao senhor Presidente da Assembleia os procedimentos de candidatura que estiveram por base na aprovação em sede de reunião de Câmara e depois poderá

distribuí-los pelos membros da Assembleia Municipal, que têm informação muito mais objetiva do que a que pode ser dada hoje aqui. -----

----- O senhor deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que é bastante irónico o senhor Presidente dizer que não há tempo para discutir a questão do PRR quando o PSD optou por gastar tempo em falar de coisas que não têm interesse nenhum e que não tem hipótese de avançar como é a matéria das Freguesias. A Ria Blades só está em Vagos porque houve um Governo do Partido Socialista que apostou decisivamente nas eólicas e fez com que aqui em Vagos, como numa série de outras localizações do País, houvesse milhares de postos de trabalho afetos ao eólico. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para dizer que é verdade que houve um Governo Socialista que apostou nessa tecnologia. A verdade é que a escolha do Concelho de Vagos não teve nada a ver com o Governo do Partido Socialista e sim com um trabalho de preparação que a Câmara Municipal, liderada pelo PSD, e o Partido Socialista de Vagos acaba por vir dar o verdadeiro mérito, que é merecido, aos Executivos do PSD, porque de facto tiveram essa perspicácia de preparar o Município para receber uma unidade do tamanho da Ria Blades. E foi tão bem acolhida, e isso já não tem nada a ver com o contrato inicial onde estavam previstos a criação de setecentos postos de trabalho, que se criaram laços tão fortes com a empresa e a empresa com o Município que a empresa chegou a empregar mil e quatrocentas pessoas. Infelizmente, pelas dificuldades que teve voltou às setecentas pessoas, mas já está novamente no mercado à procura de mais pessoas para trabalhar. E isto é mérito das gestões sucessivas da Câmara Municipal de Vagos. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 21 de janeiro de 2021. -----

-----PONTO QUATRO: REGULAMENTO MUNICIPAL DE INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – APROVAÇÃO; -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização para passar a palavra à senhora Vereadora Sara Caladé que fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que este é um documento técnico mas tem a ver com uma questão muito mais importante, com a transição digital e com a uniformização de procedimentos. O Partido Socialista não tem nada a opor à questão do regulamento como tem de louvar a iniciativa dos Municípios da Região de Aveiro em relação a este projeto. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 04 de fevereiro de 2021. -----

-----PONTO CINCO: AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – ARTIGOS RÚSTICOS N.º 897 E N.º 901 DA FREGUESIA DE VAGOS E SANTO ANTÓNIO. -----

----- O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e perguntou se o que se pretende com este processo é facilitar algum tipo de conflito que existe com proprietários que têm terrenos adjacentes. Esta solução que é apresentada não vai gerar conflitos com os proprietários adjacentes? É uma questão consensual? Perguntou. É importante que neste tipo de situações haja sempre um diálogo com as pessoas que estão envolvidas e que são afetadas pelas decisões aqui tomadas em Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para responder ao senhor Deputado Bruno Julião e esclareceu que basicamente o que aconteceu foi o facto de a estrada ter alargado para cima destes terrenos. A pessoa que é proprietária do terreno que se vê que é maior pode fazer uma operação de destaque, porque o terreno já está em confrontação com uma estrada pública. Mas isto é na realidade, porque no registo o que está é que ele confronta com dois terrenos. Portanto, se está a confrontar com um terreno não pode fazer o destaque. Esse tipo de diálogo não só existiu como foi suscitado pelo próprio. O proprietário do terreno veio pedir para fazer um destaque e a Câmara Municipal não podia autorizar, porque nas confrontações que tem do terreno dele confronta com os artigos nº897 e nº901 registados na Conservatória, quando na realidade o que está no terreno já está a confrontar com uma estrada. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e duas horas e vinte minutos da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa.

O Presidente, _____.